


## REFLEXÕES DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.558112509011>

*Data de aceite: 26/12/2024*

### **Israel Vítor Bonfim Rodrigues**

Universidade Católica Dom Bosco,  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Local  
<http://lattes.cnpq.br/2149569772889623>

### **Elaine Britto de Castro**

Universidade Católica Dom Bosco,  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Local  
<http://lattes.cnpq.br/8129052313496513>

### **Juliana de Mendonça Casadei**

Universidade Católica Dom Bosco,  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Local  
<http://lattes.cnpq.br/3882105268210998>

**RESUMO:** Objetivo: Realizar um estudo descritivo, por meio de uma revisão narrativa, com base nos artigos apresentados nas edições XVII e XVIII do CIDH, que trataram da pandemia de covid-19. Resultados: Verificou-se que o evento de 2020 publicou mais artigos, totalizando 123 trabalhos, dos quais cerca de um quarto se dedicaram a pesquisar especificamente os efeitos da pandemia; enquanto que na edição de 2021, foram apenas 68 artigos apresentados, dentre os quais, apenas

5 abordaram esta questão. Com relação aos temas investigados no congresso, pôde-se verificar uma multiplicidade de assuntos e abordagens, que vai desde questões migratórias e transfronteiriças, as novas formações de relações político-econômicas e culturais, a cooperação internacional, as práticas de controle social, o papel das instituições, os direitos da mulher, os povos indígenas, a priorização da imunização de pessoas com deficiência, a desregulamentação e precarização dos direitos trabalhistas, questões relativas às tecnologias digitais e a segregação digital, a virtualização de procedimentos do Judiciário e o acesso à justiça, as mudanças no procedimento relativo aos processos penais, até a produção e consumo de alimentos, queimadas em importantes biomas brasileiros, a incidência de contaminação por covid-19 de apenas do sistema semiaberto, e a taxa de mortalidade de gestantes por covid-19. Conclusão: o congresso teve um papel significativo enquanto espaço de discussão científica sobre os direitos humanos em contexto de pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** covid-19; Direitos Humanos; Pandemia.

## INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus reforçou tanto as desigualdades sociais, ambientais e econômicas pré-existentes, quanto colocou em choque os propósitos de diversos direitos fundamentais, conflitando entre si. Apesar do cenário de crise, observa-se que a comunidade científica procurou se organizar no sentido de trazer as discussões para sedimentar a pesquisa e importantes entendimentos.

O Congresso Internacional de Direitos Humanos (CIDH) concebe um ambiente notável de intercâmbio entre pesquisadores de diversas Instituições de Educação Superior (IES) nacionais e internacionais e tem sido um local valioso de participação de lideranças de movimentos sociais, promovendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico e outras formas de conhecimento, expandindo e fortalecendo a função social dos espaços acadêmicos, atendendo às demandas sociais e direcionando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O legado científico da pandemia foi destaque nas edições do CIDH. Apesar do contexto pandêmico deixar saldo negativo de extrema cautela, a ciência deu provas de que a racionalidade e a inteligência humana são virtudes capazes de promover cenário de regeneração. Desta forma, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo descritivo, com base nos trabalhos publicados na modalidade “artigo” apresentados nas edições XVII e XVIII do CIDH (2020 e 2021) sobre a pandemia de covid-19 por meio de uma revisão narrativa.

Nos anos de 2020 e 2021 foram apresentados 191 artigos no congresso, destes, 36 abordaram a temática da pandemia e foram então selecionados (Figura 1).

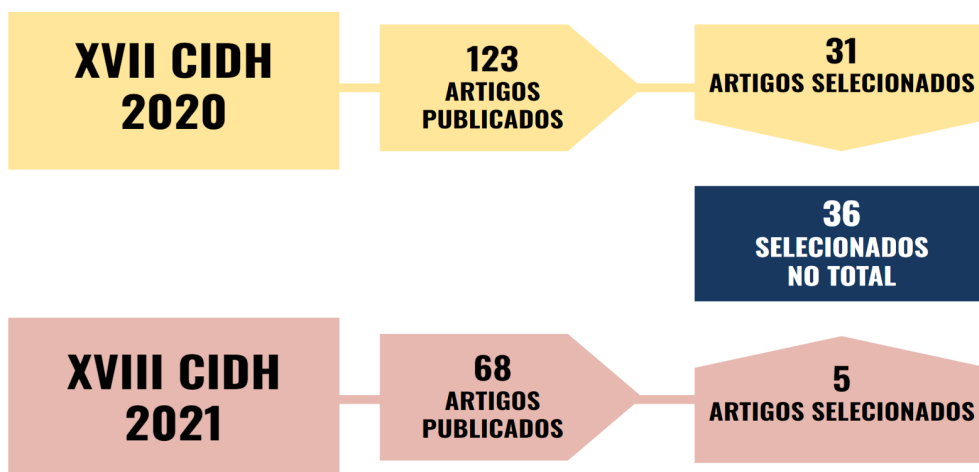


Figura 1 - Resultado da busca de artigos nos Anais das edições XVII e XVIII do CIDH (2020 e 2021)

Fonte: dos autores.



Malheiro e Silva (2020) discorreram sobre as novas formações de relações político-econômicas e culturais durante a pandemia através de uma análise das medidas tomadas pelo poder executivo durante a pandemia, ao passo que Oliveira (2020) abordou a necessidade da nova concepção da extensão do princípio da legalidade administrativa por meio de uma produção normativa das fontes legais que atingem novos limites reais na constituição e nos direitos fundamentais culminando em uma ampliação do conceito de legalidade na administração pública.

Silva, Barakat e Amaral (2020b) analisaram a materialidade dos direitos humanos em tempos de pandemia, depreendendo que os governos, a sociedade civil e a sociedade médica possuem obrigação de implementar abordagens concretas no que diz respeito à manutenção dos direitos humanos e mitigação das ameaças à vida.

Arce, Silva e Oliveira (2020) analisaram como ocorreu o acesso ao auxílio emergencial por refugiados no Brasil durante a pandemia, notando as dificuldades no processo de solicitação do benefício e no saque dos valores, principalmente devido às dificuldades de acesso à tecnologia e também pelo sistema bancário não aceitar documentos vencidos, possivelmente gerando mais vulnerabilidades para estas pessoas.

Em artigo conduzido por d’Aquino e Ertel (2020), foram discutidos os possíveis reflexos da pandemia da covid-19 sobre os direitos da mulher, enquanto Marques, Rodrigues e Alves (2020) conduziram estudo em que levantaram dados referentes a outros conflitos não reconhecidos pela Lei Maria da Penha, pouco presentes nos estudos de gênero.

Silva e Oliveira (2020) realizaram uma análise do conto “Marido” de Lídia de Jorge e as repercussões reais da violência doméstica por meio de análise literária, investigando como o confinamento pode ter contribuído para um aumento dos casos de violência doméstica na pandemia.

Fideles e Amorim (2020), partem da Teoria da Reprodução Social para compreender como as mulheres são sobrecarregadas na esfera da reprodução, tanto por gerarem filhos, quanto por serem as responsáveis por grande parte das atividades de cuidado e suporte, mesmo quando integradas à esfera de produção, situação agravada na pandemia, no trabalho doméstico remunerado e não remunerado no Brasil.

Oliva e Monteiro (2020) também analisaram o trabalho doméstico em meio à pandemia, em especial a eventual caracterização da natureza ocupacional da doença caso o contágio tenha ocorrido; enquanto Rodrigues e Stolz (2020) refletiram sobre as desigualdades sociais e de gênero à luz da legislação, decretos e medidas provisórias editadas no contexto da pandemia sobre o trabalho das empregadas domésticas.

Frosi e Ávila (2020) problematizam como a desregulamentação e a precarização dos direitos trabalhistas ocorrida nos últimos anos foi responsável não apenas pelo aprofundamento da fragilidade do trabalhador brasileiro frente à exploração de sua força de trabalho, mas também à sua superexposição a fatores de vulnerabilidade presentes em virtude do advento da pandemia do covid-19.

Vicente e Silva (2020) buscaram compreender os processos de inovação e o auxílio de ferramentas tecnológicas na produção científica durante a pandemia, com enfoque nas ferramentas de buscas, que se diferenciam pela capacidade de melhoria na rapidez e facilidade de acesso aos conteúdos. Já Moreira e Wenczenovicz (2020) analisaram a educação e a segregação digital durante a pandemia e concluíram que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) geralmente não são utilizadas de maneira eficaz pelos agentes responsáveis pela garantia dos direitos básicos fundamentais na educação.

Imperatori, Barros e Neves (2020) realizaram uma análise crítico-teórica a fim de gerar reflexões sobre a relação entre proteção social, cultura, política e desigualdades sociais na pandemia no contexto brasileiro, apontando para a necessidade de intervenções estatais em adição às medidas sanitárias da pandemia.

Castro, Martins Júnior e Rodrigues (2020), numa abordagem à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), analisaram as orientações relacionadas ao atendimento fisioterapêutico de residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) durante a pandemia.

Vieira, Folador e Lucio (2020) trazem reflexões sobre a oportunidade de repensar os modos de produção e consumo de alimentos, concluindo que os momentos de crise podem acelerar mudanças e transformar paradigmas e que os alimentos orgânicos podem responder a esse desafio.

Mamed e Vaneski Filho (2020) discutem a potencialidade das recentes queimadas no Pantanal e na Amazônia, que se intensificaram em 2020, verificando que a ocorrência de queimadas e a pandemia possuem interseções comuns, referentes à relação destrutiva que as sociedades humanas têm desenvolvido com o meio ambiente.

O direito humano de acesso à justiça durante a pandemia foi o tema analisado por Rigon, Silva e Wenczenovicz (2020) a partir de mediações e conciliações virtuais no poder judiciário do estado do Rio Grande do Sul, que tornou acessível e eficiente a mediação de conflitos através de meios alternativos em tempos de confinamento e distanciamento.

Silva, Mendes e Silva (2020), analisaram o acordo de não persecução penal (ANPP) que é um instrumento de justiça penal negocial incluído recentemente no direito brasileiro, e que possibilita evitar a instrução processual criminal, ensejando a extinção da punibilidade do investigado em caso de cumprimento integral do acordo, apresentando uma visão geral do acordo.

Silva, Silva e Mendes (2020) descreveram as mudanças no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no procedimento relativo aos processos penais que tramitavam no tribunal do júri, em especial para implantar o sistema de videoconferência em decorrência da pandemia provocada pela pandemia.

A incidência de contaminação de apenados pela covid-19 no Sistema Semiaberto da Comarca de Campo Grande foi analisada por Silva, Vicente e Capibaribe (2020), apontando que muitos detentos foram infectados pela doença, o que demonstra uma insuficiência das medidas de prevenção implementadas, o que traz luz à falta de garantia dos direitos mínimos dos encarcerados no sistema carcerário.

Giacomini (2020) conduziu uma revisão histórica do habeas corpus à luz dos direitos humanos e sua utilização durante a pandemia para a pessoa em situação de cárcere, corroborando para a necessidade da uniformização da jurisprudência e questionando se o recurso pode ser ainda uma garantia de proteção da liberdade e dignidade humana, apesar das poucas evidências.

Cancio (2020) discorreu sobre a cooperação internacional no combate das pandemias e sua importância na concretização do direito à saúde, concluindo que a cooperação internacional é uma ferramenta importante para a mitigação das pandemias, em concordância com Azul (2020), que afirma que a pandemia mostra que um novo mundo cooperativo está aos poucos se concretizando, por necessidade de sobrevivência.

Matias e Lima (2020) analisaram até que ponto as instituições públicas e privadas asseguram os direitos humanos em períodos de pandemia em Moçambique e observaram que as medidas de gestão adotadas no período mostraram as deficiências no que diz respeito à garantia dos direitos humanos, ou seja, o papel destas instituições não se mostraram satisfatórios quanto a garantia do bem-estar comum.

Reynaldo, Sunakozawa e Leal (2020), propõem um estudo acerca das consequências no âmbito dos Direitos Fundamentais em obrigações do direito econômico de caráter privado, diante de relações contratuais confusas, fruto de implicações médicas, jurídicas, econômicas e sociais causadas pela atual pandemia que assolou o país e o mundo.

Pazini, Ferrer e Rossignoli (2020) realizaram a conexão entre os ensinamentos do campo da filosofia e da política, contextualizando as ideias de Foucault e exercendo reflexão crítica e investigativa acerca de seus estudos para compreender as quase imperceptíveis e não confrontadas práticas de controle social instauradas neste “novo normal”.

Araújo Júnior (2020) analisou o papel desempenhado pela União Federal na adoção de ações e medidas para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (*covid-19*) em nível nacional por meio da definição de uma diretriz estratégica federal, deduzindo que as demais entidades federativas adotaram ações descoordenadas e fragmentadas diante da ausência de diretriz estratégica federal.

O XVII CIDH (2020) obteve contribuições científicas significativas acerca da pandemia, ao contrário da edição do ano seguinte, o XVIII CIDH (2021) contou com uma quantidade menor de artigos completos apresentados e uma quantidade ainda menor de artigos que abordavam a pandemia de covid-19.

## XVIII CIDH, 2021

O XVIII CIDH teve como escopo temático “Desigualdades, Desca e Agenda 2030” e contou com 68 trabalhos publicados na modalidade artigo, destes, somente 5 acerca da pandemia.

Rezende (2021) apresenta algumas reflexões sobre o teletrabalho das mulheres durante a pandemia e as repercussões das práticas de controle adotadas, demonstrando que há necessidade de aumento das medidas sociais de proteção para as mulheres trabalhadoras em *home office* como garantia civilizatória.

Castro, Rodrigues e Coutinho (2021) realizaram uma análise dos casos e da taxa de mortalidade de gestantes por covid-19 em Mato Grosso do Sul e concluíram que a doença causou taxas elevadas de morbimortalidade para gestantes que apresentaram formas graves da doença devido à falta de acesso aos cuidados de saúde especializados e escassez de leitos hospitalares.

Uma análise sobre a influência da pandemia sobre o benefício assistencial na pandemia previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi realizada por Marciano, Kronka e Afonso (2021), partindo do conceito da universalidade da dignidade da pessoa humana e dos impasses na regulação e na definição do conceito de miserabilidade.

Kanashiro, Cruz e Pauletti (2021) conduziram um estudo a fim de apontar as adversidades enfrentadas pelos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul e o empenho pelo reconhecimento de seus direitos fundamentais que, foram negligenciados durante a pandemia, além de mudanças nos aspectos econômicos, culturais, históricos e políticos das comunidades indígenas.

Uma abordagem interseccional do direito à prioridade de imunização contra a covid-19 das pessoas com deficiência foi conduzida por Ferreira, Brandão e Costa (2021), constatando uma violação do direito à prioridade de vacinação das pessoas com deficiência no Brasil, pois foi estipulada uma gradação das deficiências para garantia dos direitos dessa população, em contrariedade à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e à Lei Brasileira de Inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu identificar a contribuição científica dos debates realizados durante duas edições do Congresso Internacional de Direitos Humanos realizadas no período pandêmico, a respeito de temas relacionados à covid-19.

O legado da XVII edição do evento é ímpar, com uma produção significativa de artigos, totalizando 123 trabalhos, dos quais cerca de um quarto se dedicaram a pesquisar especificamente os efeitos da pandemia. Na edição XVIII foram apenas 68 artigos apresentados, dentre os quais, apenas 5 abordaram esta questão. O panorama identificado em âmbito das edições do CIDH não difere do cenário produtivo brasileiro, posto que houve uma queda abrupta na produção científica no ano de 2021 (OCTI, 2022).

Com relação aos temas investigados no congresso, pôde-se verificar uma multiplicidade de assuntos e abordagens, que vai desde questões migratórias e transfronteiriças, de cooperação internacional, do papel das instituições, dos direitos da mulher, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, questões trabalhistas, das tecnologias digitais, do acesso à justiça, até o consumo de alimentos e as queimadas.

## AGRADECIMENTOS

À Dr<sup>a</sup>. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, doutora em Ciências Sociais (PUC-SP) pela orientação neste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## REFERÊNCIAS

ARCE, A. S.; SILVA, A. C. S.; OLIVEIRA, L. F. Acesso ao auxílio emergencial por refugiados no Brasil durante a pandemia de covid-19. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

ARCE, A. S.; SILVA, A. C. S. Fechamento de fronteira e pandemia: Uma análise sobre a excepcional restrição de entrada no Brasil à luz do princípio da não discriminação. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-12.

ARAÚJO JÚNIOR, E. J. R. A união federal e a (des) coordenação federativa na pandemia do novo coronavírus (covid-19). In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-15.

AZUL, J. G. S. Aspectos da interculturalidade e cooperação em tempos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-12.

CANCIO, G. S. T. A diplomacia da saúde: A importância da cooperação internacional no combate a pandemias e na efetivação do direito humano à saúde. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-16.

CASTRO, E. B.; MARTINS JÚNIOR, J. C. R.; RODRIGUES, I. V. B. Medidas mitigadoras no declínio funcional do idoso institucionalizado em contexto da pandemia de covid-19: uma abordagem fisioterapêutica. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-9.

CASTRO, E. B.; RODRIGUES, I. V. B.; COUTINHO, D. P. R. covid-19: Análise de casos e taxa de mortalidade de gestantes no estado de Mato Grosso do Sul. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 531-537.

D'AQUINO, L. S.; ERTEL, L. C. R. Os direitos das mulheres durante a pandemia do covid-19 sob uma perspectiva feminista: Cuidado, segurança e trabalho remunerado. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.



DINIZ, E. M. S.; OLIVEIRA, C. M. V. Sistema regional de proteção aos direitos dos migrantes: Atuação do Sistema Interamericano de Defesa dos Direitos Humanos em relação aos migrantes em tempos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-14.

FERREIRA, J. G.; BRANDÃO, L. M.; COSTA, C. A. R. M. Interseccionalidade e direito à prioridade das pessoas com deficiência à vacinação na pandemia covid-19. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 657-668.

FIDELES, S. M.; AMORIM, A. L. O trabalho doméstico remunerado e como atividade não remunerada de mulheres na pandemia da covid-19: Apontamentos conforme a teoria da reprodução social. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

FROSI, T. B.; ÁVILA, F. A superexposição da vulnerabilidade do trabalhador brasileiro no contexto da pandemia do covid-19 e o recurso à teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-16.

GIACOMINI, J. M. F. Habeas corpus: Revisão histórica e ressignificação em tempos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-20.

IMPERATORI, T. K.; BARROS, M. S. R.; NEVES, A. V. Proteção social, cultura política e desigualdades sociais: Reflexões sobre a pandemia de covid-19 na realidade brasileira. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-13.

KANASHIRO, L. M.; CRUZ, D. T.; PAULETTI, M. Direitos humanos fundamentais e condições de saúde da população indígena em tempos de pandemia. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 560-570.

MALHEIRO, E. P.; SILVA, L. D. R. covid-19: A teia de relações político-econômicas e culturais na sociedade da informação. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-15.

MAMED, D. O.; VANESKI FILHO, E. Queimadas na amazônia e no pantanal em tempos de pandemia: Meio ambiente, saúde e direitos humanos em pauta. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-13.

MARCIANO, P. G.; KRONKA, B. A. F.; AFONSO, P. A. C. Princípio da dignidade da pessoa humana, o conceito de miserabilidade para o benefício assistencial e a influência da pandemia da covid-19. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 443-452.

MARQUES, S. R. M.; RODRIGUES, P. P.; ALVES, S. R. P. Vítimas de violência doméstica e familiar durante a pandemia do covid-19. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-12.

MATIAS, F.; LIMA, C. A. Papel das instituições públicas e privadas e os direitos humanos em períodos de pandemia de covid-19 em Moçambique. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-13.

MOREIRA, M. S.; WENCZENOVICZ, T. J. Direitos humanos, educação e a segregação digital: Evidências no contexto da pandemia da covid-19. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-12.

OCTI. Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Boletim Anual OCTI 2021**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. v.2, maio 2022.

OLIVA, E. G.; MONTEIRO, T. R. Trabalhador doméstico: Análise da covid-19 como doença ocupacional. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-17.

OLIVEIRA, L. J. P. O princípio da legalidade à luz dos direitos fundamentais: uma nova compreensão acerca do poder discricionário da administração pública. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

PAZINI, P. T.; FERRER, W. M. H.; ROSSIGNOLI, M. Os direitos das mulheres durante a pandemia do covid-19 sob uma perspectiva feminista: Cuidado, segurança e trabalho remunerado. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

REYNALDO, G. O.; SUNAKOZAWA, L. F. J.; LEAL, M. M. S. Direito do estado, globalização e a pandemia do covid-19: Horizontalidade nos direitos fundamentais e obrigações contratuais privadas. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-12.

REZENDE, S. B. A. Teletrabalho da mulher na pandemia. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 62-72.

RIGON, C. F.; SILVA, I. P.; WENCZENOVICZ, T. J. Direito humano de acesso à justiça em tempos de pandemia: Mediações e conciliações virtuais no poder judiciário do Rio Grande do Sul. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-14.

RODRIGUES, F.; STOLZ, S. Trabalho doméstico e a pandemia do covid-19: Uma análise das diferenças entre as mulheres que empregam e as empregadas. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

SILVA, E. S.; BARAKAT, N. J. D.; AMARAL, A. P. M. Migrações em tempos de pandemia uma olhar ao rol dos direitos humanos. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020a, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-15.

SILVA, E. S.; BARAKAT, N. J. D.; AMARAL, A. P. M. Os direitos humanos um olhar acerca da sua materialidade em tempos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020b, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-13.

SILVA, G. H. P.; MENDES, T. B.; SILVA, R. A. S. Acordo de não persecução penal e sua aplicabilidade aos processos em andamento: Direito do réu, dever do estado e benefício em tempos de (e pós) pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-17.

SILVA, G. H. P.; SILVA, R. A. S.; MENDES, T. B. O tribunal do júri em tempos de pandemia. Uma análise da proposta do CNJ sobre júri por videoconferência a luz dos direitos de defesa. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-15.

SILVA, J. V. M.; OLIVEIRA, V. F. F. Análise da violência doméstica referenciada no conto “marido” de Lídia de Jorge e seus reflexos reais em tempos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-14.

SILVA, S. A. R.; VICENTE, G. O. R.; CAPIBARIBE, G. R. A contaminação pela covid-19 no sistema prisional brasileiro: Direitos humanos e medidas implementadas para o enfrentamento da doença no sistema semiaberto da comarca de Campo Grande – MS. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

VICENTE, G. O. R.; SILVA, S. A. R. Tecnologias digitais em tempos de pandemia: Inovação da metodologia de pesquisa científica com auxílio da internet. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-11.

VIEIRA, V. K.; FOLADOR, F. A. C.; LUCIO, L. C. Direitos humanos e o acesso à alimentação saudável em momentos de pandemia. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2021. p. 1-9.